

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.997 - PR
(2019/0115813-8)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
EMBARGANTE : RODRIGO MATEUS ALVES MANTOANI
ADVOGADO : MARCIO ADRIANO PINHEIRO - PR030303
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

RODRIGO MATEUS ALVES MANTOANI opõe embargos de declaração à decisão de minha relatoria, na qual conheci do agravo para não conhecer do recurso especial.

A defesa aponta omissão na decisão embargada. Aduz: "não é suficiente que a Decisão indique os fundamentos de modo superficial. Isto é, a fundamentação consiste na indicação das razões de fato e de direito que conduzem o julgador, num raciocínio lógico, a decidir em determinado sentido. Mas, essa indicação não pode ser feita por simples adesão aos fundamentos indicados pelas partes ou por remissão à outra decisão como se fez" (fls. 763-764).

Requer o acolhimento dos embargos, para sanar as omissões apontadas.

Decido.

Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração almeja, em síntese, o aprimoramento da prestação jurisdicional por meio da retificação do julgado que se apresenta omissos, ambíguos, contraditórios ou com erro material.

Sob essas premissas, constato que, no caso em análise, **a decisão embargada não incorreu em nenhuma omissão, obscuridade, contradição ou ambiguidade** que justifique a oposição do referido recurso.

A tese recursal é de ausência de elemento constitutivo do estelionato, qual seja, o "prejuízo alheio". O acórdão recorrido consignou que "a ocorrência de prejuízo alheio restou suficientemente evidenciada

Superior Tribunal de Justiça

pelo conjunto probatório" (fl. 644).

O recurso especial não é a via adequada para dirimir controvérsia de natureza fática. Não se trata de mera adesão ou remissão aos fundamentos do julgado impugnado, conforme arguído. Busca o embargante, na verdade, o rejugamento da matéria decidida, o que não é adequado para essa modalidade recursal.

Ilustrativamente:

[...]

II - A pretensão de rejugamento da causa, na via estreita dos declaratórios, mostra-se inadequada.

[...]

IV - Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AgRg no AREsp n. 28.368/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, 5ª T., DJe 18/6/2014, grifei).

À vista do exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**